

Economia - Brasil
Delfim começa...

por Cláudia de Souza
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

— admitindo que não é possível oferecer assistência médica àqueles que ganham mais de cinco salários ou que é preciso mudar o critério de qualificação para a aposentadoria — e que implante a segurança privada como parte integrante e não complementar ao sistema. Para ele, os mutualistas e não o Tesouro deveriam gerir a Previdência.

"É um fantástico avanço. O Congresso está absorvendo a agenda que Collor lançou mas não levou a sério", comenta. O deputado acredita, também, que ainda em 1992 a Lei Orgânica dos Partidos e a reforma da Constituição sejam aprovadas. O Legislativo passaria a ter partidos mais fortes, capazes de se alternar de modo hegemonicó. As mudanças na Constituição abririam caminho para cortar despesas e equilibrar o setor público. Ao absorver a agenda de Collor, o Congresso, ele argumenta, está deixando para trás o presidencialismo imperial e tomando a si a tarefa de estabilizar a economia. "A saída é o semiparlamentarismo", comenta.

O ex-ministro está convencido de que agora é possível aos parlamentares assumir o custo político de reverter as tendências de governos federais, estaduais e municipais dos últimos anos de expandir suas despesas de pessoal e custear sem ter receita para tanto. Ele acha, por exemplo, que uma redução da jornada do funcionalismo público para seis horas e de 25% dos salários no início do atual governo teria viabilizado o Plano Collor I e dado consistência até mesmo ao bloqueio dos cruzados como forma de estancar a inflação.

O ex-ministro argumenta que o atual governo não só despreza a agenda que apresentou ao ser eleito como confunde suas prioridades: "Uma das lições essenciais dos programas de estabilização bem-sucedidos é que existe um caminho ótimo para realizar a agenda, que traz ao mesmo tempo o equilíbrio monetário e a volta ao crescimento sustentado. A primeira porta a ser aberta é a do ajuste fiscal apoiado no corte de despesas e no aumento da receita para construir a convicção de que, num futuro razoável, a política monetária será independente das necessidades do governo de financiar-se".

É esta convicção, de que o governo tem meios de honrar seus compromissos internos e externos, que permite superar as expectativas inflacionárias e só ela pode dar base a um acordo de preços e salários, como o que se montou no México nos últimos anos ou como o que o ministro

Domingo Cavallo tenta montar agora na Argentina.

Delfim dissocia-se do otimismo que acredita estar tomando conta da equipe de Collor e de alguns colegas economistas no Congresso, a respeito da conjuntura atual. A política de juros altos em que se centra a política econômica oficial tem efeito perverso que ainda não ficou evidente porque não há demanda por crédito. O industrial e o empresário do comércio compram da mão para a boca, evitando o banco e o financiamento de estoques.

Este, porém, é ano de eleições e gastos garantidos nos quase 5 mil municípios do País, facilitados pela rolagem da dívida dos estados e municípios por vinte anos sendo negociada no Congresso. Para Delfim, esses gastos se traduzirão numa retomada da atividade econômica por parte do setor público, capaz de evitar, no ano, uma taxa alta de desemprego, ainda que, como ele prevê, a indústria como um todo permaneça estagnada, aliada apenas pela maior demanda por bens finais que esses empregos criados pelas obras públicas venham a produzir.

A má notícia, ele argumenta, é o fato de que, nessa expansão dos gastos do setor público, a demanda por crédito passará a existir. "As empreiteiras irão ao banco", garante o ex-ministro. Os juros, como consequência — dada a necessidade que o governo ainda tem de controlar a expansão da moeda —, terão de ser colocados a níveis ainda mais altos.

Para Delfim, a alta expansão dos meios de pagamento de dezembro e janeiro torna ilusório o otimismo com a entrada de capital externo no País — acentuada pelas taxas locais vantajosas se comparadas às internacionais — e a atração dos investidores pela bolsa brasileira. "Sem equilíbrio na economia, a alta dificilmente se manteirá, ao contrário do que ocorre no México, na Venezuela e na Argentina", diz, dando como inevitável a reversão no sentido de revalorização do dólar.

Delfim também vê preocupação o grande volume de antecipações de câmbio sobre exportações futuras das últimas semanas. "Está-se vendendo hoje a safra que não foi colhida", alerta. E argumenta que os produtores, sem financiamento apropriado para manter estoques, terão sua renda transferida para aqueles que estão hoje fechando contratos de exportações futuras e colocando os provenientes na bolsa.

O governo, preocupado apenas com o controle imediato da inflação, vê a depressão dos preços agrícolas mas não a necessidade de importar, que virá depois.

**Delfim
começa a
ver sinais
de acerto**

O deputado Delfim Neto, do PDS paulista, acredita que o País deu nos últimos dias um importante passo em direção ao ajuste fiscal, à procura do equilíbrio entre receitas e despesas do setor público de que precisa para estabilizar a economia e, ai então, voltar a crescer. "O Congresso decidiu que não fará mudanças de meia sola", diz, referindo-se ao consenso de correntes à direita e à esquerda de parlamentares contra a intenção do governo Collor de aumentar as contribuições ao Fisco de empresas e trabalhadores.

Ele acha possível agora a formação de uma proposta do Congresso de ajuste fiscal — para ele, basicamente corte de despesas do setor público. "Aumentos de impostos não produzem ajustes, apenas acirram o conflito distributivo", lembra o deputado, ouvido algumas horas antes do anúncio da troca dos ministros da Ação Social e do Trabalho.

A insolvência do sistema previdenciário seria o item principal dessa proposta. O Congresso, talvez por meio de uma comissão que abrigasse, além de parlamentares, pessoal técnico do Poder Executivo e profissionais do setor, pode agora apresentar uma solução em seis meses que, por exemplo, introduza na Previdência mudanças na cobertura de seus benefícios

(Continua na página 6)